

Cabral se opõe à moção de censura

BRASÍLIA — O Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deu parecer favorável à supressão, no texto aprovado no primeiro turno, da moção de censura a Ministros de Estado. Ele está disposto a suprimir também a limitação dos juros bancários em 12 por cento, aceitando, assim, duas emendas de interesse do Governo. A informação é do Senador José Fogaça (PMDB-RS), relator adjunto da Constituinte. Até ontem haviam sido analisadas 1.100 emendas, das quais 500 têm parecer pronto.

Segundo Fogaça, o Relator está estudando a possibilidade de dar parecer favorável à emenda do Deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), recomendada pela Liderança do PMDB, que transfere a definição do percentual do limite das taxas de juros para a legislação ordinária, deixando na Constituição apenas o princípio do tabelamento. A mesma emenda determina que enquanto a lei não for aprovada, o limite será de 12 por cento.

Outra proposta examinada pelo Relator é de autoria do Deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), que faz com que o tabelamento de juros dependa de lei complementar, o que exigiria quorum de dois terços para a sua aprovação. Como isso seria muito difícil, na prática o limite das taxas de juros dependeria da flutuação do mercado financeiro.

A supressão da moção de censura, de acordo com Fogaça, foi decidida porque Cabral a considerou prejudicial ao Legislativo. O Relator entendeu que o Congresso dificilmente conseguiria quorum de dois terços, como estabelece o Projeto, para aprovar a moção de censura. Desta forma, a versão apresentada pelo Ministro em depoimento aos parlamentares, sempre prevaleceria, fortalecendo-o e deixando a repercussão negativa para o Legislativo.

Segundo Fogaça, Cabral decidiu também fazer com que retorne ao texto da Constituição a vitaliciedade do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), aceitando assim emendas dos Deputados Amaral Netto (PDS-RJ) e Júlio Costamilan (PMDB-RS), que retiram do texto a definição de um mandato de seis anos para o cargo.

Cabral decidiu também aceitar emenda de autoria do Deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), que inclui no texto a determinação de que Ministros de Estado devem ser julgados, por crime de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal. O texto aprovado no primeiro turno não faz menção a fórum privilegiado, o que permitiria o julgamento pela Justiça comum.

Segundo turno ocupa cerca de 200 funcionários

BRASÍLIA — O "recesso branco" da Constituinte não atingiu os cerca de 200 funcionários da Câmara dos Deputados e do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). Todos eles estão trabalhando na catalogação das emendas, elaboração de índices por autor e por temas, e assessorando os Deputados sobre a sistemática do segundo turno de votação.

Como as Comissões Legislativas da Câmara não estão funcionando, a Secretaria Geral da Mesa da Constituinte decidiu aproveitar seus servidores, dividindo-os em grupos, para executar as seguintes tarefas:

- Organizar as 1.800 emendas que serão manuseadas pelo plenário durante as votações, ordenando-as por artigo;

- Fazer um índice das emendas por tema;

- Fazer um índice pela natureza da proposta (emenda supressiva, para corrigir omissão ou adequar o texto);

- Arquivar e encaminhar os textos para publicação; e

- Fazer cópias de todas as emendas.

Um grupo ficou encarregado do levantamento da atuação dos constituintes no primeiro turno, ou seja, como cada um votou, quantas emendas conseguiu aprovar e outros dados.

Durante um ano e meio esses funcionários trabalharam até nos fins de semana, quando necessário, lembrando com saudades do tempo em que o Congresso funcionava apenas nos dias de esforço concentrado — datas estabelecidas para a votação de projetos ou decretos-leis considerados urgentes.

Mas esta fase da Constituinte já não lhes dá tanto trabalho como as anteriores. No término do funcionamento das Comissões Temáticas e de Sistematização foi necessária a catalogação de cerca de 35 mil emendas. No segundo turno, este número foi reduzido para 1.800.

Ulysses: É democrática a crítica do Presidente

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), conversou por telefone com o Presidente José Sarney, ontem de manhã, sobre a troca de declarações, sexta-feira, a respeito dos trabalhos da Assembléia. Sarney criticara os parlamentares no programa "Conversa ao Pé do Rádio", recebendo pronta resposta de Ulysses. Em seguida veio a tréplica do Presidente. Criou-se, então, um aparente mal-estar entre os dois.

— A discordância de opiniões é típica das democracias e isso não quer dizer que estão afetadas as minhas relações com o Presidente Sarney — disse Ulysses após o telefonema.

— O Governo não pretendeu interferir na Constituinte, o que não o impede de, democraticamente, manifestar-se a respeito dos seus trabalhos — observou o Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, depois de participar, ontem, de um almoço na casa de Ulysses, ao qual estiveram presentes o Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, o Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), o Senador José Fogaça (PMDB-RS) e os Deputados Adolpho Oliveira (PL-RJ) e Konder Reis (PDS-SC).



Telefoto de Luiz Antônio

Ulysses: "A discordância de opiniões é típica das democracias"

Ulysses afirmou ainda que o fato de Sarney emitir opiniões sobre os trabalhos da Constituinte, por si só, é saudável, pois demonstra seu interesse nos trabalhos da Assembléia. Ao acompanhar Costa Couto até o carro, Ulysses foi cercado pelos jor-

nalistas. Mais tarde, comentou com seus convidados:

— Eles (os repórteres) acham que o Ronaldo está desempenhando o papel de Santo Antônio, quando, na verdade, eu já o tinha convidado antes do episódio.